

iraopovo@dehonianos.org.br

IR AO

POVO

ano 8 n° 89 janeiro/2004



PAZ
fruto da
justiça

O Brasil e suas águas

Jerson Kelman é diretor-presidente da ANA (Agência Nacional de Águas), desde 1991, quando ela foi fundada.

Formado em Engenharia Civil, tem mestrado em Hidráulica e título de Ph.D em Hidrologia e Recursos Hídricos pela Colorado State University. Foi pesquisador do Cepel (Centro de Pesquisas de Energia Elétrica) e diretor de estudos e projetos da Superintendência de Rios e Lagoas do estado do Rio de Janeiro. Atuou como consultor na regulamentação da Lei 9.433/97 (Lei das Águas). Em 2003, durante o Fórum Mundial da Água, em Kyoto (Japão), Kelman recebeu o prêmio Hassan II, uma espécie de Nobel das Águas, instituído pelo governo do Marrocos para destacar personalidades e instituições que contribuíram para o desenvolvimento da área de gerenciamento de recursos hídricos.



Fotos: Assessoria de imprensa da ANA

POVO: O que é a ANA e como ela atua?

Kelman: A ANA é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente com responsabilidade pelo uso sustentável dos rios em todo o território nacional e pela implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, previsto em nossa Constituição e descrito na Lei 9.433/97. Ao criar as condições técnicas para implantar a Lei das Águas, a ANA contribui para a solução de dois graves problemas do país: as secas prolonga-

das, especialmente no Nordeste, e a poluição dos rios.

POVO: Qual a importância das reservas hídricas do Brasil para nosso planeta?

Kelman: O Brasil é um país privilegiado em relação às reservas de água doce. Nossos rios, principalmente o Amazonas, despejam no mar cerca de 18% da descarga fluvial de todos os rios do planeta. Nosso problema é que a distribuição da água é desigual. Enquanto na Amazônia há abundância de

água, no semi-árido nordestino, há escassez. Como o maior uso da água doce é para irrigação e como o Brasil detém grandes reservas de terras férteis ainda subutilizadas, essa vantagem hídrica nos vocaciona para a produção de alimentos.

POVO: Quais são os principais problemas em relação à água, hoje, no país?

Kelman: O principal problema é a carência de água no semi-árido nordestino. É uma região em que a disponibilidade hídrica anual “per capita” é inferior a dois mil metros cúbicos, quando a média nacional supera 40 mil metros cúbicos. A ANA vem enfrentando o problema em várias frentes. Primeiro, em parceria com mais de 600 Ongs reunidas numa instituição chamada ASA (Articulação do Semi-Árido), constrói cisternas em casas de famílias humildes localizadas em comunidades de baixa densidade demográfica. Através dessa parceria, foram construídas mais de 12 mil cisternas, um investimento de cerca de R\$ 10 milhões. O programa capacita a mão-de-obra local, envolve a família na construção e, mais importante, ensina como captar e filtrar a água de chuva que cai no telhado para encher a cisterna, que é um tanque com capacidade de armazenar 16 mil litros. Segundo, através do Proágua, um programa para a construção de cisternas que fazem “a água caminhar” dos açudes ainda subutilizados para onde as pessoas vivem e trabalham. Em muitos casos uma mesma adutora serve a diversas localidades, tomando partido do efeito escala. A terceira frente é que nenhuma obra hídrica de grande porte pode ser construída com ajuda federal sem que a ANA certifique que o empreendimento efetivamente aumentará a disponibilidade de água. A intenção da certificação é evitar que se continue a



“**Nosso problema é que a distribuição da água é desigual. Enquanto na Amazônia há abundância de água, no semi-árido nordestino, há escassez.**”

realizar na região investimentos improdutivos e operacionalmente não sustentáveis. Por exemplo, açudes rasos, que mais servem para evaporar do que para regularizar a descarga fluvial; ou açudes fundos, mas desprovidos de canais e adutoras para conduzir a água para onde ela é necessária.

POVO: O senhor concorda que a água é um direito de cada pessoa humana?

Kelman: É claro que todos têm direito de ter acesso à água para beber, cozinhar, lavar, enfim, para satisfazer as necessidades humanas básicas. No caso de conflitos pelo uso da água, a Lei 9.433/97 determina que o abastecimento humano tem prioridade sobre o uso da água para abastecimento industrial ou para produção de energia elétrica, por exemplo. Acesso à água para uso em lavouras de subsistência também deve ser visto como um direito humano, porque está associado à sobrevivência da família do pequeno lavrador. Por outro lado, para o dono

de uma grande propriedade rural que irriga milhares de hectares, por exemplo, a água é um insumo do processo produtivo da mesma maneira que são as sementes, os defensivos agrícolas e a própria terra.

O direito de acesso à água não tem sido respeitado em duas situações bastante diferenciadas: primeiro, no semi-árido, quando ocorrem secas; segundo, em algumas favelas ainda não atendidas pelo serviço de suprimento de água potável. Para resolver o primeiro problema, muitas adutoras estão sendo construídas para levar água dos açudes profundos, que não secam durante as estiagens, para onde as pessoas vivem e trabalham. Para a solução do segundo problema, é preciso expandir as redes urbanas de abastecimento, fazendo com que as periferias se integrem à cidade regular.

POVO: Segundo dados da Organização Pan-americana de Saúde, 20% da população brasileira não tem acesso à água potável e 40% da água das torneiras não é confiável. Como isso é possível, num país que tem a maior reserva de água doce do mundo?

Kelman: Ter água nos rios é condição necessária, mas não suficiente para abastecer a população. É preciso tratar essa água e levá-la até as casas das pessoas, para que a população possa consumir. Tudo isto custa dinheiro. E as populações mais pobres às vezes não podem pagar o correspondente custo. Por isso, as companhias de abastecimento resistem em levar os serviços para as comunidades mais pobres, o que perpetua a desigualdade. Eu costumo dizer que o cuidado com os nossos rios e a garantia de água de boa qualidade para todos não é tarefa só do governo, mas de todos nós. O investimento em sa-

neamento significa também investimento em saúde. Os dados da OMS (Organização Mundial de Saúde) indicam que cada real gasto com saneamento básico significa a economia de pelo menos quatro reais em gastos com a saúde.

POVO: Existe algum meio de a comunidade controlar a qualidade e a distribuição da água?

Kelman: É importante a participação social na gestão dos recursos hídricos, com o objetivo de tornar o cuidado com a água uma responsabilidade de todos, com mecanismos institucionais de gestão integrada, descentralizada e participativa. Os comitês de bacia hidrográfica são formados por usuários de água, pela sociedade civil organizada e por representantes do poder público municipal, estadual, distrital e federal. Esse modelo de gerenciamento visa a coordenar a gestão integrada das águas, implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, além de planejar e controlar o uso e a instituição do conceito do usuário-pagador. Muito ainda precisa ser feito para o envolvimento integrado da sociedade na gestão das águas, mas aquilo que tem sido realizado nos últimos anos nos dá a segurança de que estamos no caminho certo.

POVO: Existe algum investimento no país para o reaproveitamento da água usada e aproveitamento da água da chuva?

Kelman: A ANA tem um convênio com a Embrapa (Empresa Brasileira de Produção Agrícola) para estudo do reaproveitamento dos efluentes urbanos, após tratamento, para irrigação de árvores frutíferas. Com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), para estudar a reciclagem de água na indústria. Para o apro-



“No caso de conflitos pelo uso da água, a Lei 9.433/97 determina que o abastecimento humano tem prioridade.”

veitamento da água de chuva, há vários programas. Um deles, como já expliquei, é o que apóia a construção de cisternas rurais.

POVO: Existe, de fato, o risco de faltar água potável para a humanidade?

Kelman: Hoje, já há falta de água em vários locais do planeta. Entretanto, o maior problema é que em diversas regiões metropolitanas existe água, mas os mananciais estão tão poluídos que se tornam impróprios para abastecimento das populações. Essa é a explicação para o racionamento de água na região metropolitana de São Paulo. Transtorno semelhante poderá ocorrer também no Rio de Janeiro. O problema não é falta de água no Rio Guandu, que abastece a cidade do Rio, e, sim, excesso de poluição. A vazão bombeada do Rio Paraíba do Sul para o Guandu equivale a mil litros por habitante, a cada dia. Muito mais do que seria necessário para abastecer toda a população (cada um de nós consome, em média, cerca de

200 litros por dia). O excesso de água é utilizado para diluir a pesada carga de poluição lançada no rio.

POVO: O custo da água está muito alto, atualmente?

Kelman: Nas últimas décadas, expressivos subsídios foram carreados para as companhias públicas de saneamento. Entretanto, a maior parte dos subsídios serviu para alegrar empreiteiros, diminuir o custo do serviço para os mais ricos, compensar a ineficiência operativa e dar vantagens aos empregados. A lição é que a canalização de subsídios para empresas sob controle público não resultou em equidade social. Um dos fundamentos da Lei 9.433 é o valor econômico da água, e um de seus instrumentos é a cobrança pelo uso da água. Esse é um mecanismo fomentador, disciplinador e educativo, decidido no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas. A ANA desenvolveu uma proposta para otimizar os gastos públicos na garantia de suprimento de água no semi-árido nordestino. Trata-se de um novo enfoque para subsidiar sistemas de adução, ou seja, de condução da água dos açudes para as cidades, as indústrias e as áreas irrigadas. A idéia é fazer com que o governo firme contratos não com as empresas construtoras e sim com as prestadoras de serviço de adução. Os contratos conteriam cláusulas sobre o valor da tarifa, levando em consideração a capacidade de pagamento das populações e demais segmentos beneficiados. O subsídio, de responsabilidade do governo, seria a diferença entre o preço unitário ofertado pela concessionária e o valor da tarifa. Contratos com as empresas construtoras e com as fornecedoras de equipamentos seriam feitos pelas empresas concessionárias de adução, e não pelo governo. A idéia, uma vez mais, é

aumentar a eficácia do gasto público. Certamente surgirão objeções à idéia de cobrar uma tarifa pela garantia de abastecimento confiável de água. No entanto, talvez o trabalho de convencimento não seja tão difícil porque, como bem sabe o sertanejo, a água mais cara é aquela que não existe.

POVO: Qual é a política brasileira em relação à crise da água?

Kelman: Nesses primeiros anos de existência, a ANA dedicou-se a atuar nas bacias hidrográficas com problemas mais urgentes. Nossas primeiras ações estiveram voltadas, prioritariamente, para duas questões: a poluição e a seca. Para enfrentar a poluição, foi emblemática a aprovação pelo CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos) da cobrança pelo uso do rio Paraíba do Sul para afastamento e diluição de poluentes. Trata-se de cobrar das empresas poluidoras uma contribuição para a recuperação da qualidade da água do rio. A decisão do CNRH recebeu apoio dos setores usuários, graças à compreensão de que a recuperação de nossos rios não é tarefa apenas do Governo. Para enfrentar a seca, a ANA buscou maneiras, também inovadoras, para proporcionar segurança aos empreendimentos que usam água como insumo de processo produtivo. Por exemplo, em meados do ano passado, percebemos que o volume de água armazenada na bacia do rio Jaguaribe seria suficiente apenas para atender à metade da demanda anual do setor agrícola. Se nada fosse feito, a pouca água disponível seria quase inteiramente apropriada pelos plantadores de arroz, localizados perto da barragem, causando grandes prejuízos aos plantadores de frutas, localizados rio abaixo. Essa seria uma alocação ruim da água porque fruticultura gera mais



“ Em diversas regiões metropolitanas existe água, mas os mananciais estão tão poluídos que se tornam impróprios para abastecimento das populações. ”

renda e mais emprego. Fizemos uma parceria com o governo do Ceará no sentido de implementar um programa para permitir a conversão da lavoura de arroz por outras mais produtivas e mais econômicas em termos de consumo de água. O sucesso desses passos iniciais nos anima a prosseguir com a abordagem adotada desde o início: as decisões sobre o uso de recursos hídricos são tomadas o mais próximo possível de onde ocorrem os problemas, com a participação de todos os envolvidos.

POVO: O que tem sido feito, no país, para a proteção dos mananciais?

Kelman: Os municípios são constitucionalmente responsáveis pela gestão do uso e ocupação do solo e podem, por meio do ordenamento territorial e dos planos diretores locais, leis de uso e ocupação do solo, contribuírem de forma relevante para a proteção de mananciais. Alguns estados instituíram leis de ICMS ecológico, que dão incentivos e estímulos econômicos para os municípios que criem e mantenham unidades de conservação

e áreas de proteção de mananciais. Esses instrumentos econômicos são eficazes, porque introduzem na pauta de prioridades dos prefeitos, a questão da gestão de usos e ocupação do solo que é vital para a produção de água em quantidade e qualidade adequadas. Mas esse é um elo ainda fraco do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e que precisa ser fortalecido, de forma descentralizada e participativa, com o envolvimento das autoridades locais.

POVO: Qual o papel da comunidade e dos cidadãos na preservação da qualidade e das reservas de água?

Kelman: A participação da comunidade no gerenciamento dos recursos hídricos depende de conhecimento sobre as águas, além dos aspectos legais que envolvem direitos e deveres dos cidadãos. Essas informações precisam ser divulgadas e disponibilizadas para toda a sociedade, priorizando as comunidades de baixa renda. É necessário estabelecer processos de educação continuada, criar novos métodos e direcionar os já existentes para o uso sustentável e a gestão compartilhada das águas. Um deles é esta desigualdade na distribuição da água. Mas há também o gravíssimo problema da poluição urbana. As grandes cidades brasileiras são obrigadas a captar água para beber cada vez em pontos mais distantes. Não é que não haja água. A água existe, mas está cada vez mais suja o que se torna impossível para abastecimento da população. Este é um problema que precisa ser equacionado e o melhor caminho é o tratamento do esgoto urbano. Há no mundo diversas experiências de recuperação de rios simplesmente com o tratamento dos efluentes. ✚